

## UM PATRIMÔNIO DE MEMÓRIAS: A ESCRITA DA HISTÓRIA E OS PROJETOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO PASSADO DO CRATO

José Italo Bezerra Viana\*

A produção incessante de conhecimento acerca do passado talvez possa ser explicada pelo desejo de eternidade e presença que as sociedades contemporâneas, num mundo constituído a partir do sentido de aceleração do tempo, tentam realizar. Segundo Hans Ulrich Gumbrecht, recorreremos às realidades passadas com o desejo de “atravessar o limite que separa as nossas vidas do tempo anterior ao nosso nascimento. Queremos conhecer os mundos que existiam antes que tivéssemos nascido, e ter deles uma experiência direta” (1999, p. 467).

Ao que parece, estes são os desejos que orientam os processos de ativação do patrimônio cultural, como um incansável trabalho de atualização do passado. Decerto, muitas das vezes essas ações de patrimonialização tratam o passado como *herança* e o presente como a continuidade de um tempo de longas tradições, numa atribuição de sentido histórico que, não raro, oferece explicações coerentes a situações que são geralmente desconexas.

É, então, em torno da questão dos sentidos de organização do passado que esse artigo busca lançar problematizações sobre memória, tempo e temporalidade no processo de escrita da história. Segundo o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães (2007), vivemos um momento de imperiosa necessidade de lembrar o passado e, por isso, precisamos estar atentos às estratégias de visualização do mesmo afinal, uma relação com o passado não envolve apenas – ou não se reduz – à atividade de rememoração.

Dizer, portanto, que o passado é construído ou inventado não encerra os problemas. No jogo de escolhas para definir *o que é* o passado o historiador precisa saber lidar com pelos menos duas temporalidades: o tempo dos acontecimentos e o tempo da memória destes acontecimentos, ou seja, o tempo de sua narrativa. Ao operar com essa dupla temporalidade, lembra Guimarães, estabelece-se o contato entre passado e presente num exercício de reflexão sobre as imagens que um oferece ao outro.

Precisamente porque é apreciado como uma dádiva, algumas pessoas acreditam que o passado, em sua dimensão patrimonial, é revestido de tamanho prestígio que não caberia nem discuti-lo. É como se o patrimônio, essa espécie de versão gloriosa do passado – posto que seja dado somente aquilo que interessa, sem pensar as contradições –, fosse por si só definidor da nossa trajetória no tempo, o que resulta naquilo que Guimarães chama de “musealização do passado”.

---

\* Doutorando em História Social – Universidade Federal do Ceará. E-mail: italobezerra776@hotmail.com

Sendo assim, as únicas operações possíveis frente ao passado musealizado seriam a sua veneração e difusão como guardião de modelos, portador de benefícios quase espirituais, onde qualquer possibilidade de manutenção dos referenciais só poderia advir dele, o passado de tradições gloriosas.

Tais indicações sugerem que a visualização do passado como patrimônio atua no sentido de assegurar uma identidade coesa, incorporada como parte da tradição. Identidade esta que busca ser expressa nos modos de articulação das categorias de tempo, em que se percebe “um passado controlado pelas exigências da lembrança que se quer ter no presente e que se deseja projetar para o futuro” (GUIMARÃES, 2007, p.16). Por esse discurso, a tarefa fundamental da identidade seria dar continuidade no tempo aos valores e ensinamentos de um passado idealizado, extraíndo dele lições e respostas para o presente e assegurando permanências para o futuro.

O modo como nos relacionamos com as categorias de tempo e, conseqüentemente, como lidamos com o passado foi pensado por François Hartog por meio da noção de *regimes de historicidade*. Num movimento que chamou de “patrimonialização galopante”, Hartog sugere que é num regime dominado pela categoria do presente que se dissemina um gosto excessivo pelo passado e palavras como memória e patrimônio se tornam categorias dominantes para pensar “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (HARTOG, 2006, p, 17).

Muito embora conduzida pela noção presentista do tempo, adverte Hartog, essa busca pela “consciência de si” se ressent de memória e, por isso, busca-a incessantemente, quase como um dever. Nessa perspectiva, o que se entende por história e memória das sociedades passa pelo movimento de constituição dos referenciais do passado que, de maneira geral, estão inscritos, imaginária ou fisicamente, nos chamados *lugares de memória*. Lugares que, nos termos de Pierre Nora (1993), realçam e transpõem as rupturas entre temporalidades na medida em que são artifícios de preservação do passado frente a uma sensação de perda inevitável. Nestes lugares, manifestam-se imagens de um passado que ser que ainda presente e aparece latente a vontade de lembrar determinados eventos pretéritos.

A compreensão do passado como um território privilegiado fez com que, na cidade do Crato, região do Cariri, no sul do estado do Ceará, um grupo intelectual tomasse para si o desiderato de escrever e divulgar aquilo que estimava como o símbolo maior da cidade: o passado histórico e portentoso pela atuação de grandes vultos, de trajetórias heroicas, supostamente responsáveis por grandes realizações que teria levado essa cidade aos “píncaros da glória”.

Este grupo, que fundou o Instituto Cultural do Cariri pretendeu promover o conhecimento “das ciências, letras e artes em geral, e especialmente da História e da Geografia Política do Cariri” (ESTATUTOS DO ICC – Capítulo I – Art. 1º), ressaltando que o aspecto mais peculiar da cidade do Crato teria sido sua contribuição para a formação da nacionalidade, com a certeza de que tal lugar teria feito “história na história do Brasil” (REVISTA ITAYTERA, 1968, p, 183).

O ICC, como ficou conhecido o Instituto, nasceu de uma comissão formada para programar e realizar, em outubro de 1953, as comemorações da festa do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Dessa comissão participavam médicos, advogados, políticos, padres, professores, entre outras figuras que, a despeito de suas formações, atuaram como historiadores e dedicaram esforços e atividade intelectual à construção de uma cronologia para a cidade aniversariante. Neste sentido, o ICC já nasceu imbuído de uma tarefa e missão: a produção de uma história local num contexto singular de comemorações.

Por meio da construção de uma narrativa histórica para o Crato, os associados ao ICC intentavam difundir um sentimento de superioridade frente às demais cidades da região do Cariri, nomeadamente Juazeiro do Norte que, a passos largos, superava política, econômica e demograficamente a já centenária cidade do Crato. De tal forma, era o investimento na construção de tradições que fundamentava uma escrita da história na qual o passado glorioso e vultos históricos se tornavam símbolos de bravura, arrojo, progresso e superioridade, características, supostamente, inerentes à identidade cratense.

Três historiadores podem ser considerados autores matrizes nesse tema: Irineu Pinheiro, Antonio Gomes de Araújo e J. de Figueiredo Filho. Três intelectuais que se detiveram a investigar e escrever, fundamentados em fontes documentais que eles consideravam absolutas e repletas de verdades irrefutáveis, uma gloriosa história do Crato.

Aliados a outros historiadores e apegados à oratória e a uma eloquência retórica, esses homens investiram numa epopeia cratense constituída de eventos singulares, bem como na consagração de grandes personagens. Na pesquisa histórica realizada pelo ICC, a busca pelas origens denotava tanto um investimento na tradição quanto o esforço de construir uma identidade cratense, pois segundo os diagnósticos dos membros da entidade:

grupo humano que ignore as próprias raízes étnicas e sociais, convergentes no momento histórico de sua formação, perfila-se qual filho bastardo, alheio, por exemplo, à trama que presidiu seu aparecimento, e a explicação, *no presente*, das tendências legadas pelos elementos formadores (Revista Itaytera. 1957, nº 03, p. 03).

Afeiçoados à tarefa de construir histórias e conceber memórias, os membros do ICC ansiavam por fazer o passado do Crato adquirir, naquele *presente*, uma centralidade ímpar. As comemorações do centenário da cidade serviam de base para a construção de uma tradição que, em consonância com as narrativas de construção do patrimônio cultural, buscava atestar um passado edificado pela bravura do “patriota cratense, fator de vitórias” que teria lutado para inserir sua terra no “cenário histórico” do país, onde, supostamente, nenhum outro município brasileiro teria excedido o Crato em “brilho e lances de patriotismo” (PINHEIRO; FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 35).

Para os organizadores da festa do Centenário, esse passado glorioso estava compreendido entre os anos de 1817 e 1824 quando os cratenses teriam pelejado “de armas nas mãos, pela Independência, pela República, pela unidade do Brasil” (IDEM, p. 32). A esse período juntava-se a década de 1850 quando, segundo o mesmo discurso, teria ascendido o “estalão moral” da sociedade cratense, sendo ápice de tal processo de ascensão os anos de 1853, com a elevação da Vila do Crato à categoria de cidade, e 1855, com a instalação do jornal *O Araripe* (PINHEIRO, 2009, p. 83). Nesse sentido, a valorização de uma pretensa grandeza e nobreza do passado incentivava o interesse pela história e pela preservação dos restos do passado, misturando-o ao presente e atualizando-o.

Na constituição das memórias, os membros do ICC buscavam sacralizar o passado e uma aura de culto se estabelecia num projeto de patrimonialização desse passado. Para Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho, a história e a memória da cidade deveriam ser vistas sob o olhar do patrimônio histórico-cultural, solenizando o passado “com obras que embelezem, saneiem, instruem e eduquem, civilizem, no âmbito material e espiritual, nossa cidade e município” (2010, p.34).

Construir a memória era, dentro do ICC, um meio de garantir a própria história. Essa consciência expressava-se já de maneira bastante clara nas palavras de Irineu Pinheiro, por ocasião de posse da primeira diretoria do ICC, em que ele assumiu como presidente. Falando da falta que poderia fazer a lembrança do passado para a fundamentação dos projetos de presente e de futuro, Pinheiro conclamava os sócios do ICC: “pesquisem, recolham e ponham em segurança os documentos de nossa história”. Às autoridades eclesiásticas, algumas delas sócias do ICC, ele apelava para que recolhessem à secretaria do bispado “todos os Livros de Tombo da diocese, além de papéis de valor histórico e econômico”. O objetivo principal dessa tarefa era assegurar que a entidade por ele presidida pudesse cumprir “seus fins naturais e precípuos”, que seriam, entre outros, comprovar por meio de documentos a realidade do período “que poderíamos chamar heroico”. Outro objetivo era conter o que para ele

significava um processo de “afastamento da civilização” pelo qual, supostamente, passava o Crato. Afastamento esse que teria se dado, entre outros motivos, pela falta de “preciosíssimos papéis de nossa história regional” (PINHEIRO, 2010, p.554-55). Com isso, Pinheiro buscava construir um grande acervo documental que, no seu entender, funcionava como espelho do passado. Pelo o que dependesse do ICC, ele reiterava, a memória, a história e o patrimônio cultural do Crato seriam continuamente preservados.

Sob a forma de acervo, o patrimônio definia-se pela realidade física e pelo valor documental, materializava o passado e estimulava os estudos lastreados em fontes “originais”, sinalizando sua importância para a feitura da história e da memória local. Para os membros do ICC, era em torno da escrita da história que gravitavam ideias de construção de memória, identidade e patrimônio cultural do Crato.

Os “documentos de nossa história”, como dizia Pinheiro, funcionariam como prova do heroísmo dos antepassados. Arquivados, esses documentos deveriam constituir um patrimônio preocupado em edificar uma memória da tradição, com inegáveis exemplos para o futuro.

Não era à toa que Raimundo de Oliveira Borges, outro destacado membro da diretoria do ICC, reiterava a necessidade de ser tornar bem conhecido o patrimônio cultural que, pelo o que ele cria, tanto envaidecia os cratenses. Especialmente porque, em sua opinião, “um povo que não cultiva as suas tradições, que não preserva e cultua a sua memória, assemelha-se a árvores a que se cortaram as raízes. Fenece, naturalmente, e morre, sem o apoio dos elementos substanciais ou nutritivos que lhe assegurem a sobrevivência” (BORGES, 1995, p. 06).

O patrimônio cultural, na argumentação de Borges, era o elemento nutritivo que com um mágico sabor sustentava a árvore do passado. Não fosse regada, tão logo morreria. Desse modo, Borges queria fazer crer que eram a memória e a história os nutrientes necessários à sobrevivência da frondosa árvore que oferecia vasta e acolhedora sombra à sociedade cratense. Ademais, no entender de Borges, o conhecimento do passado e o culto da memória daqueles que “enriqueceram com luminosidade o patrimônio cultural do Crato” tinham a missão de civilizar, de defender e promover o progresso assegurando a sobrevivência do Crato “histórica e soberanamente no concerto da civilização” (IDEM, p. 08).

No processo de produção de sentidos para o passado, quem também se mostrou preocupado com a constituição de elementos que servissem como patrimônio cultural do Crato foi o padre Rubens Lóssio, um dos sócio-efetivos do ICC. Para ele, o registro da tradição oral era de extrema importância na produção de um acervo documental que atestasse

as glórias do passado. Esse padre estava convencido de que “o patrimônio histórico transmitido, de geração em geração, tem como fonte primeira a tradição oral, somente depois documentada por escrito” (REVISTA ITAYTERA, 1961, p. 17).

Como se fosse possível trilhar um caminho desprovido de tensões e conflitos, padre Lóssio informava que, na composição desse mapa da memória, os membros do ICC deveriam dar lugar somente ao que “de mais interessante pudessem colher em entrevistas com pessoas idosas e respeitáveis da região”. Ele, que se considerava “habilitado a julgar a idoneidade moral dos informantes, cuja palavra faz[ia] fé”, seria o responsável por atestar a credibilidade de certas narrativas do passado.

Além da organização de um acervo documental e o registro da tradição oral, foi incansável o trabalho de atualização e patrimonialização do passado por meio da criação do Museu do Crato. Essa, aliás, parece ter sido uma das ações de rememoração e representação do passado de maior intensidade e fervor entre os membros do ICC, tendo em vista que eles acreditavam no poder de materialização e visualização do passado que “naturalmente” emanava do museu.

A proposta de criação do Museu do Crato surgiu logo nos primeiros anos de funcionamento do ICC. Nos discursos em que tratavam da organização do museu, os membros do instituto demonstravam-se convencidos de que arquivar e documentar “os fatos mais importantes ligados à vida do seu povo, à sua civilização e à sua cultura” era, de fato, a maneira mais eficaz de reconhecer e preservar o patrimônio histórico-cultural do Crato.

Em uma das inúmeras considerações sobre o assunto, J. Lindemberg de Aquino, um dos sócios que ocupou a presidência do ICC, declarou:

Precisamos (e estamos tentando) *documentar para o futuro* o que o passado e o presente tem [sic] de mais significativo – em todos os campos – quer político, histórico, sociológico ou religioso [...]. Outro não é o sentido do futuro MUSEU DO CRATO, que o Instituto Cultural do Cariri, transformando velho sonho em pujante realidade, está organizando, com o intuito de preservar o nosso Patrimônio histórico e tornar conhecido o Cariri e *o Crato em particular* pelo o que ele possuiu e possui de mais representativo. A nobre missão de que, em nome da cultura cratense, foi incumbido o Instituto Cultural do Cariri é por demais espinhosa, porque organizar um Museu numa terra onde nunca existiu entidade semelhante é pioneirismo legítimo. E pioneirismo se faz com pioneiros – felizmente há aqui o bastante. Há pioneiros batalhando incessantemente pela verdade histórica [...]. E é nesses pioneiros que recaem as maiores esperanças do cratense, porque será principalmente dos seus esforços que sairá o Museu do Crato [...] (Revista Itaytera, nº 1, 1955, p. 57).

No trato com as temporalidades, Lindemberg de Aquino estabelece uma relação em que o futuro iluminava o passado e o presente, ao mesmo tempo em que era por eles norteados.



Quando Aquino afirmava que estava tentando “documentar para o futuro” ele estava falando de um tempo em construção, num tempo presente, que ia buscar no passado os exemplos, atualizando-o, mas não se fixando nele. É por isso que, na sua visão, construir o museu era encher de esperanças o povo do Crato, porque era para frente que se andava, o que no vocabulário do historiador alemão Reinhart Koselleck (2006) foi chamado de *horizonte de expectativas*.

Com esse pensamento, Lindemberg de Aquino pensava o patrimônio balizado pelo espaço e pelo tempo, revelando o esforço dos intelectuais reunidos em torno do ICC para construir uma identidade para o Cariri em que sobressaíssem as singularidades da cidade do Crato. Nessa linha de raciocínio, um dos aspectos que representava a singularidade da identidade cratense residia na tradição de pioneirismo da cidade. Numa constatação tautológica e pouco modesta, “pioneirismo se faz com pioneiros e aqui há o bastante”, Lindemberg de Aquino buscava estabelecer uma filiação entre os “pioneiros” do passado, que teriam legado as glórias e o patrimônio cultural do Crato, e os “pioneiros” do momento de seus escritos sobre o museu, imbuídos que estavam de um sentido de “nobre missão”, que era a criação do Museu do Crato.

Organizado em três seções temáticas, quais sejam, artística, folclórica e histórica, a descrição do que deveria fazer parte do museu do Crato dá bem a medida das imagens do passado construídas naquele espaço. Na seção artística deveriam ser expostos os objetos de “beleza e significação rústica”, representantes da “legítima arte” do Cariri; para a seção folclórica seriam disponibilizados versos e livros populares de uma “poderosa beleza mágica”, além de uma coleção de gravações das “nossas cousas mais características, como o aboio do vaqueiro, a banda cabaçal, etc”, aliando ao gosto pelo “exótico” uma atração pelo “pitoresco”. Na seção de história, considerada pelos idealizadores do museu como a mais importante e que, portanto, teria de ser a maior, deveria haver vasta bibliografia acerca

dos fatos mais importantes sobre a vida do Cariri e do Crato [que] será arquivada em estantes, junto a mapas, monografias, [além de] objetos que tiveram relação com a nossa história, como mesas, cadeiras, [...], objetos que pertenceram aos mais ilustres personagens da história do Crato, fotografias e descrições com os nossos locais históricos, [...], coleções de velhos jornais e velhas revistas, [...], tudo enfim que a diplomacia e a argúcia puderem recolher [deveria estar] na secção histórica do Museu do Crato (Revista Itaytera, nº 1, 1955, p. 59).

A preocupação de Lindemberg de Aquino era organizar para o Crato um museu “digno do seu passado histórico e de suas tradições de progresso e de cultura”, assegurando a presença do passado por meio da preservação de seus rastros e restos, como se todos os

objetos ali expostos tivessem sido pensados, já no momento de sua criação, para “fazer parte” da história.

Essa intenção levou os membros do ICC a fazer campanha para angariar objetos e documentos concernentes à história daquela localidade, sendo o ano de 1955 definido como o ano da batalha pelo museu que, estabelecido um “sentido social de grande alcance”, deveria atuar como

*o porta-voz da grandeza histórica, moral e material desta terra abençoada, desta nobre terra que sempre foi guiada por um Ideal superior, baseado nas mais sublimes e nobres causas. Será este o extraordinário benefício que nos trará o Museu do Crato. Será esta a missão que ele vem encarregado de desempenhar (Revista Itaytera, 1955, p. 57).*

O investimento na criação do museu demonstrava a ânsia dos membros do ICC em tudo preservar, valendo-se de uma *retórica da perda* que buscava transformar histórias, memórias, monumentos e práticas culturais em patrimônio, produzindo o fenômeno da patrimonialização, ou o processo de ativação do patrimônio cultural, que se refletia, entre outros, nos lugares de memória instituídos a partir das comemorações do centenário do Crato e da ação do Instituto Cultural do Cariri.

Foi nesse sentido que outro sócio do ICC, Alencar Araripe, valendo-se da condição de deputado federal, apresentou à Câmara dos Deputados, em Maio de 1953, um projeto de lei que se destinava a atrair recursos para a construção de um monumento aos “Heróis de 1817”. Esse monumento, segundo a justificativa do projeto, demonstrava a vontade do povo em tornar pública e notória a riqueza das “tradições cívicas” do Crato. Nesse sentido, erigir tal monumento significava um reconhecimento de que os heróis do Crato tinha se convertido em “patrimônio glorioso do país” (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p.68).

Mais ações de visualização e rememoração do passado do Crato podem ser percebidas a partir da criação de suportes materiais do patrimônio e da memória local, como a colocação, em praça pública, do busto do “fundador” da cidade, Frei Carlos Maria de Ferrara, e a construção do Obelisco do Centenário, um monumento de dezesseis metros de altura em que foram depositados, na sua base, cópias de documentos relativos à história do Crato, no intuito de que ali ficasse registrado o esforço de preservação e sacralização da história e da memória local.

As ações do ICC, dessa forma, se pautavam pela constituição de uma memória histórica para o Crato, que se deslocava do individual para o coletivo, buscando estabelecer uma marca distintiva para o passado como o tempo de inspiração e como lugar das tradições.

Ressalte-se que esse discurso patrimonialista esteve diretamente ligado a projetos de constituição identitária que estabeleciam uma interface com as políticas públicas local, regional e nacional e que, portanto, esteve dimensionado num âmbito maior de interlocutores.

De tal modo, analisar e buscar compreender os processos de visualização e patrimonialização do passado do Crato, por meio dos processos de escritura da história nos leva a pensar nas representações construídas em torno do passado como um discurso que fala sobre o tempo. Um tempo que é atravessado pela simultaneidade da lembrança e do esquecimento, um tempo que está sempre em construção, como um permanente vir-a-ser. Um tempo, enfim, que a memória celebra, mas a história questiona.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato intelectual. Dados bio-bibliográficos*. Coleção Itaytera. Crato: Tipografia e Papelaria do Cariri, 1995.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. Vol.I. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. RJ: Record, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Vendo o passado: representação e escrita da história*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v, 15. n° 2. p. 11-30. jul-dez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Tempos do Mundo, História, Escrita da História*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (org). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p, 15-25.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. SP: Revista Projeto História, n° 10, 1993. pp, 07-28.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

\_\_\_\_\_. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. [fac-símile].

PINHEIRO, Irineu. FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Cidade do Crato*. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

VIANA, J. Italo Bezerra. *O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2011.